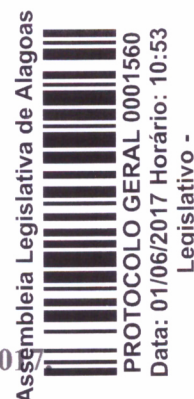




ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
Gabinete do Deputado **SERGIO TOLEDO**



**PROJETO DE LEI.....207**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da Criação de Vagas Rotativas de Estacionamento em Edifícios e Condomínios e dá outras providências.**

**A Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas decreta:**

**Art. 1º** - Os edifícios comerciais privados, com gabarito vertical superior a 3(três) pavimentos, e os condomínios residenciais com mais de 10 unidades, no âmbito do Estado de Alagoas, a serem construídos a partir da vigência desta lei, deverão conter, obrigatoriamente, além das vagas de estacionamento fixas reservadas para veículos por unidades comercializadas, mais 30%(Trinta por cento) de vagas rotativas de estacionamento de veículos destinadas ao público usuário dos referidos empreendimentos na condição de visitantes ou clientes.

**Parágrafo Primeiro:** O cálculo para estabelecimento do número de vagas rotativas será realizado sobre o número de vagas fixas destinadas por cada unidade comercial ou residencial comercializada. Havendo fração no resultado do cálculo, esta será considerada mais uma vaga rotativa.

**Parágrafo Segundo:** As vagas rotativas de estacionamento de veículos tratadas nesta lei, deverão atender ao percentual legal destinado a idosos e deficientes, e deverão observar as medidas mínimas de áreas dispostas em lei, não podendo computadas para efeito das disposições aqui estabelecidas, as vagas criadas nos passeios públicos e nos recuos obrigatórios estabelecidos nas leis e códigos municipais.

**Art. 2º** - O funcionário público responsável por prestação de informações falsas ou inadequadas, que resultem no indevido licenciamento ambiental, concessão de alvarás e "habite-se" das edificações aqui previstas, ficará sujeito a responsabilização civil e criminal nos termos da lei, sem prejuízo de responder por processo administrativo que poderá com a perda do cargo ou função em exercício, observado o devido processo legal.

**Art. 3º** - O não cumprimento das normas contidas na presente Lei, ensejará, nas seguintes sanções.

**I.** Multa pecuniária no valor de 5.000,00 a 500.000,00 Upfal que será aplicada mediante procedimento administrativo nos termos da Lei;

**PALÁCIO TAVARES BASTOS**



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
Gabinete do Deputado **SERGIO TOLEDO**

**II.** Cassação das licenças ambientais, alvarás e “Habite-se” irregularmente concedidas em favor das edificações de que trata esta lei;

**III.** Embargo e interdição da obra, que somente poderão ser levantados após a revisão e adequação dos projetos pertinentes e a constituição das vagas rotativas de que trata esta lei.

**Art. 4º** - Os valores provenientes das sanções de que trata o artigo anterior serão arrecadados através da Receita Estadual e aplicados na execução de projetos ambientais, nos municípios onde foram originados os recursos oriundos do auto de infração.

**Art. 5º** - Ficará a cargo do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a fiscalização e aplicação das sanções para o cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei.

**Art. 6º** – Ficará a cargo dos órgãos municipais competentes responsáveis pelas aprovações dos projetos e outorgas de alvarás e “Habite-se”, a observação e aplicação das exigências e preceitos desta lei.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta azul, aparentemente do Deputado Sergio Toledo.

**PALÁCIO TAVARES BASTOS**



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
Gabinete do Deputado **SERGIO TOLEDO**

**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI.....2017.**

A falta de espaço público destinado a estacionamento de veículos é um dos grandes problemas que afetam o trânsito em prejuízo da população alagoana.

Em Maceió, especificamente, a situação se agrava ainda mais. Inúmeras edificações, crescendo em quantidade vertiginosa, sobrecarregam as vias públicas, provocando o estrangulamento da sua capacidade de tráfego e encarecendo os investimentos públicos que, em parte, devem e podem ser assumidos pela iniciativa privada que, em certa medida, são responsáveis pelo caos que provocam.

Assim sendo, se faz necessária a aprovação deste projeto pelos senhores Deputados, para que ele possa cumprir sua finalidade como um todo, pelo que não tenho dúvida de sua aprovação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL**, em Maceió, 01 de Junho de 2017.

**SÉRGIO TOLEDO**  
**DEPUTADO ESTADUAL**